

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS E A REALIDADE DA REDE MUNICIPAL DE RECIFE-PE.

Alexsandro Oliveira da Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

A presente pesquisa objetivou identificar de que maneira as Políticas Públicas municipais para a educação inclusiva de estudantes com deficiências, na cidade do Recife-PE, influenciam no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes. O processo investigativo surge das observações realizadas pelo pesquisador em seu período de formação como Licenciado em Pedagogia, diante da crescente inquietação sobre como as escolas de fato realizavam os atendimentos em sala de aula e no ambiente escolar a estudantes com deficiências. Diante dessa inquietação o processo se desenvolveu por meio da análise documental, onde se buscou compreender como as políticas públicas educacionais buscam promover o processo de equidade no ambiente escolar, a partir dessa análise foram realizadas observações sistemáticas do ambiente pesquisado e foram realizadas entrevistas semi-estruturada, com o objetivo de buscar no discurso dos sujeitos pesquisados de que maneira as políticas de acesso e permanência asseguram ou não o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. A partir desse estudo pode-se concluir que avançamos muito no campo de pesquisa, debates e garantia de leis para estudantes com deficiências, porém ainda temos um longo caminho a percorrer quando essas atitudes são coladas em prática no cotidiano escolar, afinal incluir não é só garantir o acesso a espaços diversos, mas potencializar o diverso como meio de aprendizagem significativa para todos e todas.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Ensino e Aprendizagem, Inclusão Escolar.

### INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva discutir a contextualização das Políticas Públicas municipais do município de Recife-PE para estudantes com deficiências e suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem. Busco-se ainda com a investigação compreender a contextualização do espaço escolar onde crianças com deficiências estão sendo inseridas e identificar as Políticas Públicas de acesso e permanência que asseguram o desenvolvimento desses estudantes no ambiente escolar. Sabe-se que a escola sempre foi um ambiente que se pensava em um atendimento linear para todos e todas as estudantes de forma que

---

<sup>1</sup> Graduando pelo curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, [alexssilva.ao@gmail.com](mailto:alexssilva.ao@gmail.com);

historicamente a escola sempre foi vista com uma dicotomia, inicialmente os que aprendem e os que não aprendem e posteriormente estudantes com deficiências e estudantes sem deficiências, nesse sentido Mantoan (2004), afirma que o atendimento especializado para crianças com deficiências no Brasil era realizado de forma segregada e assistencialista, ocorrendo em um mundo à parte.

Diante desse contexto observa-se que a escola sempre segregou estudantes que não acompanhavam o desenvolvimento previsto social, pedagógico e psicológico, segregando assim o ambiente que deveria ser inclusivo, a partir dessa contextualização podemos presenciar nos ambientes escolares a segregação de estudantes com deficiências em sala de aulas ou escolas especiais, que buscavam deixar à parte os estudantes que tinham algum tipo de deficiência dos estudantes sem deficiências. Essa realidade pode ser observada até meados da década de 90 no Brasil, quando a educação assume uma discussão na perspectiva da inclusão e ocupa um lugar internacional com a Declaração de Salamanca (1994) e com a legislação nacional a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN Nº 9.394 de 1996, que defendem a oferta da educação de estudantes com deficiências em salas de aulas e escolas regulares.

A pesquisa surge a partir dos questionamentos sobre como os estudantes com deficiências são recebidos nas escolas, qual o papel da sala de atendimento especializado para estudantes com deficiências e de que forma as políticas públicas podem interferir no processo de ensino e aprendizagem a estudantes com deficiências. Para que assim possamos refletir sobre que condições de igualdade se consolidam no ambiente escolar e como esse processo busca garantir o desenvolvimento pessoal e coletivo dos estudantes com deficiências.

## **METODOLOGIA**

A investigação se desenvolveu por meio de um estudo de caso, sendo a mesma de natureza qualitativa, pois buscou compreender o fenômeno em seu ambiente natural, ou seja, uma escola da Rede Municipal do Recife, onde buscou-se analisar a dinâmica das atividades realizadas no cotidiano do grupo pesquisado, não sendo possível mensurar quantitativamente os aspectos do objeto de estudo. De acordo com Minayo (1994 p 21-23):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. [...], ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Sendo assim, ao identificar as políticas públicas de atendimento a estudantes com deficiências e como as mesmas são efetivadas no ambiente escolar e de que maneira elas

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

garantem ou não o processo de equidade no ensino e aprendizagem desses e dessas estudantes.

Por se tratar de um estudo de caso o universo pesquisado foi uma escola da rede Municipal do Recife-PE, situada no Bairro da Macaxeira, Zona Norte do Recife. A escola oferece a Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos turnos manhã, tarde e noite. Segundo a gestão escolar, no ano de 2018, 20% dos estudantes matriculados nessa instituição possuem algum tipo de deficiência, destacando-se como uma das escolas da referida rede, que mais matricula estudantes com deficiências em sala de aulas regulares.

A partir da caracterização do espaço pesquisado foram selecionados como sujeitos de pesquisa os/as professores/as das salas regulares (PSR); equipe gestora, ou seja, a gestora da escola (GE) e o Coordenador Pedagógico (CP); professor/a responsável pela sala do Atendimento Educacional Especializado (PAEE); Professora da sala bilíngue (PB); e representante da Gerência de Divisão da Educação Especial do Recife (RGEE). Entendendo a importância da participação da família no processo de inclusão de estudantes com deficiência, foram, também, sujeitos da pesquisa pais/mães/responsáveis pelos referidos estudantes (RE).

O processo investigativo se desenvolveu por meio de observações do cotidiano dos estudantes com deficiências matriculados/das em sala de aulas regulares, partindo da perspectiva de Lüdtke e André (1986, p. 26): “[...] a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado. [...]”. Como um instrumento de auxílio para os registros das observações realizadas, foi utilizado o diário de campo, se fundamentado na ideia apresentada por Souza (2000 p. 18), que é o de “[...] permitir a quem escreve o acompanhamento das próprias ações e as implicações no meio onde atua”.

Ao lado das observações fez-se necessário a análise documental e a entrevista semi-estruturada com os sujeitos envolvidos na pesquisa. Nesse sentido foram selecionados os documentos nacionais que tratam das políticas públicas para a educação de pessoas deficientes tais como a LDBEN n.º 9394/1996 e o Plano Nacional de Educação (2014-2024), assim como as regulamentações locais elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação e pelo Conselho Municipal de Educação do Recife, como o Programa de Política Inclusiva da rede municipal do Recife, além dos documentos da instituição escolar pesquisada como o Projeto Político Pedagógico, entre outros.

Com a coleta de dados se fez necessário a escolha de como tratá-los e adota-se para esse fim a Análise de Discurso, partindo da ideia defendida por Orlandi, (1998, p. 15):

Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática e linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.

Desse modo foram analisados os discursos dos sujeitos envolvidos no processo investigativo, bem como o discurso presente nos documentos legais analisados. Possibilitando a compreensão de como as políticas públicas influenciam no processo de ensino e aprendizagem a estudantes com deficiências da rede municipal de ensino do Recife-pe.

## DESENVOLVIMENTO

Sabe-se que a educação é um direito constitucional de todo o cidadão e cidadã, porém esse direito ainda é negado a muitas pessoas, principalmente a pessoas com deficiências. Afinal não podemos pensar em uma educação de qualidade apenas pela inserção dos estudantes em sala de aula. A Constituição Federal, 1988 prevê em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.  
(Art. 205)

Com isso podemos observar que a educação deve ser garantida a todo cidadão e cidadã sem nenhum tipo de discriminação e buscando o pleno desenvolvimento do indivíduo. A partir da compreensão de educação como um direito universal verificamos que esse direito não é garantido a todas as pessoas de maneira igualitária, principalmente as pessoas com deficiências. Verificamos ao longo do percurso que a educação a essas pessoas passa por momentos de construção e reconstrução social. Miranda (2003, p.2), descreve quatro fases para a reflexão histórica do desenvolvimento do atendimento às pessoas que apresentam deficiências:

- Primeira fase: [...], marcada ausência total de atendimento e negligência. Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais, [...]
- Nos séculos XVIII e meados do século XIX, encontra-se a fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais.

- O final do século XIX e meados do século XX, foi marcado pelo desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte.
- Na quarta fase, no final do século XX, por volta da década de 70, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal.

Verifica-se assim que a relação que as pessoas com deficiências têm com a sociedade esta ligada a uma negação de direitos e convivência social com a diferença. Embora tenhamos avançado muito em nossas construções sociais e principalmente no ambiente educacional, não se pode afirmar que estamos vivenciando uma inclusão e sim uma integração, afinal incluir não é simplesmente garantir o acesso das pessoas com deficiências aos espaços regulares ou comuns, mas tornar a permanência do mesmo com propostas que possibilitem seu desenvolvimento e garanta o processo de equidade em seu cotidiano escolar.

O atendimento educacional especializado deve preferencial, ser ofertado em salas de aulas e espaços regulares, sendo esse um direito presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDBEN/ 9394/96, como esta previsto em seu Artigo 58, 2º e 3º parágrafos:

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

Como pode-se observar o atendimento deve ser oferecido de forma inclusiva e não segregativa como podemos observar por muito tempo nas escolas regulares onde existiam um espaço reservado a estudantes que tinham algum tipo de deficiência. Pensar em atendimento educacional que atenda as demandas presentes em seu cotidiano é construir políticas que atendam não só o acesso de estudantes aos espaços regulares mas que possibilitem a permanência e o desenvolvimento pessoal e coletivo dos estudantes sejam eles com deficiência ou sem deficiências.

Diante da impropriedade de discutir a educação inclusiva de estudantes com deficiências em escolas e salas de aula regulares e a relação de políticas públicas que atendam as demandas diárias das escolas de maneira significativa. Surge a necessidade de entendermos a definição inicialmente de Políticas Públicas, segundo Souza (2006, p. 26) explica que se trata do:

Campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Observa-se com isso que as políticas públicas devem buscar a promoção de mudanças significativas no campo que elas são elaboradas, porém pode-se observar que as ações promovidas pelas escolas em sua maioria busca apenas a garantia de acesso dos estudantes ao espaço escolar, afinal ninguém deseja ser penalizado caso haja o descumprimento da Lei Nº7853/1989, que em seu artigo 8ª, inciso I, informa que constitui crime: “recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência.”

Identifica-se que a assistência especializada a pessoas com deficiências no Brasil iniciou com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant (IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos situados na cidade do Rio de Janeiro, onde ainda não se pensava em um atendimento educacional no espaço regular, mas um atendimento mínimo em espaços segregados, afinal esses institutos trabalhavam / trabalham de forma a atender apenas deficiências específicas. Embora a criação desses institutos tenha marcado o início de uma nova concepção de sociedade a cerca da pessoa com deficiência, podemos dizer que ele não foi o suficiente para atender a emergente demanda da sociedade no que se refere à educação inclusiva. Afinal pode-se verificar que os estudantes estavam sendo segregados por grupos de seus pares na sociedade, ou seja, conviviam e se socializavam naqueles ambientes apenas com aqueles e aquelas que tinham suas mesmas especificidades ou deficiências. Com isso vários movimentos e criações de leis foram acontecendo para atender a demanda de uma educação inclusiva, dentre eles podemos citar a Constituição Federal- 1988, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- 1990), a LDBN- 9394/96.

Observa-se que no Brasil o atendimento educacional especializado iniciasse meados do século XIX, porém na cidade do Recife-PE remonta ao início do século XX, que de acordo com Barreto (1992), o pioneiro da educação inclusiva de crianças com deficiências em Pernambuco foi o educador Ulisses Pernambucano, que já em 1918 buscava contextualizar a educação para deficientes mentais. Ulisses Pernambucano foi um médico psiquiatra que nasceu no estado de Pernambuco, na cidade do Recife (1892 – 1943), e que dedicou parte da sua vida às pesquisas acerca da relação das crianças deficientes e os processos educacionais. Ele assumiu a direção da escola Normal de Pernambuco, em 1923, e começou a estruturar a

escola no âmbito organizacional das atividades. Em 1925 surge a primeira escola para crianças com deficiência no Brasil, a escola recebeu o nome de “Escola para crianças anormais do Recife”. Embora pensamos em um atendimento a estudantes com deficiência a espaços regulares, nessa época verifica-se que ele é feito em um espaço a parte separando pessoas apenas por suas condições físicas ou mentais. Muito se avanço com a legislação e elaboração de políticas de atendimentos as demandas emergentes na área da educação inclusiva, porém ainda temos muito a caminhar de forma a solidificar nossas ações de maneira que elas promovam o processo de equidade em nosso cotidiano escolar, afinal a educação inclusiva só é efetivada quando temos uma rede de atitudes que buscam solidificar esse processo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme já mencionamos o processo da educação inclusiva encontra-se em um processo de grandes transformações e com algumas conquistas institucionais já valiosas para o processo histórico dos estudantes com deficiências. Diante do processo escolar de dicomização entre estudantes com ou sem deficiência, observa-se muito gritante a cobrança de um laudo médico para um atendimento especializado pela escola. Não desmereço a importância desse instrumento para que a partir das especificidades os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem possam traçar o plano de ação para cada estudante, Todavia, como prevê a nota técnica nº 04/ 2014 do MEC/ SECADI/ DPEE a entrega ou não do laudo médico não deve ser visto como um impedimento dos estudantes para um atendimento diferenciado, o que é reforçado na política de ensino da rede municipal do Recife: “Esta nota enfatiza que o Atendimento Educacional Especializado se caracteriza como atendimento pedagógico e não clínico, portanto não se pode condicionar o atendimento do (a) estudante à apresentação de um laudo médico”.(RECIFE, 2015. p. 26)

Ainda que o laudo médico, seja importante, ele não pode ser condicionante para uma tomada de decisão nas escolas e gerência de educação especial, porém, como esse condicionante está presente nas concepções e ações de muitos agentes escolares como se pode observar no discurso da Gestora Escolar: “[...] já digo as meninas: Olhe fulaninho, turma tal, tem um CID tal, então ele tem direito a acompanhante e a gente começa a providenciar [...]” GE. A questão do laudo, ainda, é evidenciada no discurso da RGEE: “[...], a família tem que tramitar para conseguir o laudo, o que é uma questão muito difícil, porque a gente ainda não tem a quantidade de profissionais suficientes para atender uma gama que está a cada ano

maior[...]”. Sobre a dicotomia ainda presente nos espaços escolares, Mantoan (2004, p. 14-15), defende que:

sistemas escolares também estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas, nesta e naquela manifestação das diferenças. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar, para produzir a reviravolta que a inclusão impõe.

Neste contexto, observa-se também que as dificuldades para a inclusão dos estudantes deficientes, estão para além dos muros da escola, pois conforme os discursos dos responsáveis por esses estudantes não é uma tarefa fácil o acompanhamento diário. De acordo com um dos responsáveis, na maioria das vezes a questão da permanência está ligada a mudança de vida dos familiares para o acompanhamento desses estudantes no processo escolar:

praticamente a gente para a vida, porque se não tem quem traga, se não for a mãe ninguém quer vir pra trazer e passar o dia praticamente aqui e a tarde até 17:40. A gente fica esperando por causa do VEM, eles têm o vem de livre acesso, porém a gente só pode usar com eles. Ai se for usar passagem todo dia, todo dia, não tem como. (RE 1)

Desse modo, o município de Recife com o objetivo de promover o acesso dos estudantes com deficiências à escola e ao atendimento do AEE, criou o Programa Transporte Inclusivo:

Transporte Escolar Inclusivo é um programa da Secretaria de Educação, monitorado pela Divisão de Educação Especial, que tem como objetivo garantir aos(às) estudantes da Rede Municipal de Ensino, com NEE, o ingresso e a permanência na escola e no AEE. A oferta deste serviço é realizada diariamente, no trajeto residência-unidade educacional e unidade educacional-residência, em veículos adaptados [...] (RECIFE, 2015, p. 73)

Pode-se analisar que o programa citado deveria minimizar as dificuldades presentes no discurso da responsável, sobre abrir mão de trabalhar e ter uma dedicação exclusiva aos seus dependentes. Porém, esse programa é disponibilizado seguindo critérios determinados pela gerência como explica à entrevistada:

Existe, não é todo estudante com deficiência que vai para o transporte inclusivo não. Na verdade, a prioridade é para aqueles estudantes usuários de cadeira de rodas, que têm dificuldade de se locomover, Estudante com transtorno de espectro autismo, também é um outro público que tem algumas dificuldades e impossibilidades. Então, essencialmente estudantes com deficiências, usuário de cadeiras de rodas, talvez

nem precise usar a cadeira de rodas mas que tenha dificuldade de locomoção[...].  
(RGEE)

Os resultados apresentados indicam a necessidade de uma urgente, e ampla revisão dos compromissos com a inclusão de estudantes deficientes em escolas e salas de aula regulares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos com a investigação permitiram compreender que não basta a legislação para a efetivação da educação inclusiva, mas a prática dos textos legais que contemplam, por exemplo, a formação dos profissionais da educação, que diariamente devem promover ações de equidade em sua sala de aula e no espaço escolar como um todo. Isso não exclui, de forma alguma, a responsabilidade do poder público em subsidiar desde a formação adequada a esses profissionais, a promoção de recursos e condições que possibilitem a real inclusão das pessoas com deficiência aos espaços escolares.

Com isso verifica-se que a educação inclusiva para ser efetivada em sala de aula, ou em escolas regulares, depende de uma rede de atitudes que promovam o desenvolvimento escolar e social de todos e todas estudantes. Afinal observa-se nas escolas o quanto a educação voltada para estudantes com deficiências está fragmentada. A pesquisa mostrou também, que de modo geral esses estudantes frequentam a escola apenas como um local para se cumprir a carga horária escolar, ou a legislação vigente.

Falta ainda nas escolas, ações que promovam a valorização e o pertencimento dos estudantes com deficiências no espaço escolar, pois ao se relacionar as políticas educacionais com o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiências verifica-se que ainda é uma questão a ser contextualizada, por ser esse o campo a que devem estar associadas as diversas secretarias (Planejamento, Economia, Saúde, etc.), e não apenas a secretaria de educação do município. Essa ação conjunta deve existir desde o processo de elaboração e implantação das políticas públicas educacionais voltadas para os estudantes deficientes.

Por fim, faz-se necessário ressaltar a disparidade entre a legislação e a prática escolar. O acesso de estudantes com deficiência à instituição escolar é assegurado, como se pôde constatar durante o processo investigativo, porém tem-se muito a fazer para que as ações desenvolvidas nas escolas possam promover o desenvolvimento individual e coletivo desses estudantes. Para muitos discentes o espaço escolar ainda reproduz as dicotomias presentes em nossa sociedade excludente, que determina as pessoas por suas condições físicas e

intelectuais sem respeitar sua capacidade psicológica, cognitiva e social de desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Anita Paes. **Ulisses Pernambucano, educador.** in Psicol. cienc. prof. vol.12 no.1 Brasília 1992, disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98931992000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931992000100003) acesso em: 18/08/2017

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, Dê: MEC.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, Constituição (1988)

DF: Senado Federal.

\_\_\_\_\_. **LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente:** Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

**DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais,** 1994, Salamanca-Espanha.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente na escola. **Anais do III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva Ações Inclusivas de Sucesso.** Belo Horizonte, 2004.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, Deficiência e Educação Especial,** Uberlândia, 2003.

Disponível em < <http://atividadeparaeminayo>, Maria Cecília de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In. MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

Orandi, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, São Paulo: Paz e Terra S/A, 1998.

Orandi, Eni P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

Recife. Secretaria de Educação. **Educação inclusiva: múltiplos olhares** / organização: Jacira Maria L'Amour Barreto de Barros, Katia Marcelina de Souza, Élia de Fátima Lopes Maçaira. – Recife: Secretaria de Educação, 2015.